

# VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



## Responsabilidade Civil por Danos Climáticos: Empresas Poluidoras e Deveres de Reparação

### Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Karoline Kelly Freitas Lima

Administrador Kroton

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

### Introdução

As mudanças climáticas configuram um dos maiores desafios da contemporaneidade, com impactos diretos sobre os direitos fundamentais e a estabilidade dos ecossistemas. Dentre os agentes responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa, destaca-se o papel significativo de grandes corporações e atividades industriais. Nesse contexto, o Direito assume papel central ao promover a responsabilização de agentes que contribuem para o agravamento da crise climática. A responsabilidade civil por danos climáticos surge como instrumento jurídico capaz de assegurar reparação pelos prejuízos ambientais, sociais e econômicos decorrentes de ações poluidoras. A temática é especialmente relevante diante do aumento dos litígios climáticos e da necessidade de garantir justiça ambiental e respeito ao princípio do poluidor-pagador, consagrado no ordenamento jurídico brasileiro e em tratados internacionais.

### Objetivo

Analizar a possibilidade de responsabilização civil de empresas por danos climáticos, com foco nos deveres de reparação ambiental e social decorrentes da emissão de poluentes e de ações que contribuem para o aquecimento global.

### Material e Métodos

A pesquisa adota abordagem qualitativa e método dedutivo, com base na análise bibliográfica e documental de doutrinas jurídicas, legislações nacionais e internacionais, decisões judiciais e relatórios ambientais. Foram examinados casos emblemáticos de litígios climáticos no Brasil e no exterior, como o processo contra a Shell na Holanda e ações civis públicas movidas pelo Ministério Público brasileiro contra empresas poluidoras. A fundamentação teórica parte dos princípios do Direito Ambiental, especialmente o princípio do poluidor-pagador, da precaução e da reparação integral do dano. A metodologia também inclui análise crítica das normativas ambientais e sua aplicação prática, considerando o papel das empresas como sujeitos responsáveis na cadeia de impactos climáticos.

### Resultados e Discussão

# VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



A análise revela que a responsabilização civil por danos climáticos, embora ainda incipiente no Brasil, apresenta forte respaldo jurídico e crescente reconhecimento nos tribunais internacionais. O princípio do poluidor-pagador oferece base normativa para exigir das empresas a reparação por danos causados à coletividade e ao meio ambiente. A jurisprudência estrangeira demonstra uma tendência de ampliação da responsabilidade das corporações com base em evidências científicas e dados de emissões. No Brasil, apesar da existência de fundamentos legais, os desafios incluem a dificuldade de quantificação do dano climático e a necessidade de provas técnicas robustas. A discussão aponta para a importância do fortalecimento institucional e normativo, bem como da atuação do Judiciário e do Ministério Público, como formas de garantir a efetividade da justiça climática e a responsabilização de grandes emissores.

## Conclusão

A responsabilidade civil por danos climáticos representa uma via legítima e necessária para combater a impunidade ambiental e promover justiça climática. A responsabilização de empresas poluidoras contribui para a prevenção de novos danos, a reparação das vítimas e a consolidação de um modelo jurídico alinhado à sustentabilidade e aos direitos fundamentais.

## Referências

- FARIAS, Talden. Direito Ambiental. 12. ed. São Paulo: Método, 2023.
- MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.
- VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. A mudança climática global e suas implicações. São Paulo: Annablume, 2013.
- LEITE, José Rubens Morato. Responsabilidade civil ambiental. São Paulo: RT, 2021.
- ONU. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Relatório Síntese 2023.
- TJSP. Ação Civil Pública nº 1052293-57.2018.8.26.0053.
- TRIBUNAL DE HAIA. Sentença contra a Shell, 2021.